



**GESTÃO SUSTENTÁVEL
NA EMPRESA**

SEBRAE

Centro Sebrae de
Sustentabilidade

Na trilha da sustentabilidade

Centro Sebrae de Sustentabilidade oferece informação e conhecimento para que as empresas tenham na sustentabilidade um aliado estratégico para os negócios.

Construir empresas de sucesso, com bons produtos e serviços, além de consolidar uma marca de valor é um trabalho árduo e bastante compensador. Neste Século 21, empreendedores de todos os tamanhos ganham um aliado capaz de lançar suas empresas em um mundo onde a ética nos negócios, o uso responsável de recursos naturais e o respeito às pessoas não apenas têm um grande apelo de mercado, como tornam-se exigência para que a empresa conquiste e mantenha uma posição de destaque junto a seus clientes.

Governos e grandes empresas estão fortalecendo seus sistemas de controle e exigindo o cum-

primento de normas que vão além do simples cumprimento de leis. São novas regras impostas para a participação em licitações que pedem certidões e certificações, além de conhecimento sobre os desafios desse novo século. No Brasil, amplas legislações estão impondo ajustes na forma de trabalhar, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que entrou em vigor no final de 2010 e tem reflexos profundos na gestão pública e privada de resíduos, e a Política Nacional de Mudanças Climáticas, que coloca o país na liderança mundial para a implantação de uma economia com baixas emissões de carbono, o principal gás causador das mudanças climáticas.



Trabalhar dentro de conceitos de sustentabilidade não é, como muitos podem imaginar, difícil ou mais caro. Implantar nas empresas a responsabilidade com o meio ambiente e com a sociedade, na grande maioria das vezes, amplia a margem de lucro e aumenta o valor das empresas e de seus produtos. A gestão eficaz de recursos hídricos se reflete diretamente na redução de custos com este insumo, assim como a eficiência energética, seja no consumo de eletricidade ou de combustíveis, tem um impacto positivo direto, com a redução de despesas na conta de luz ou na bomba de combustíveis.

Ser uma empresa que busca valor na sustentabilidade também rende benefícios na relação com os clientes, sejam eles consumidores finais ou outras empresas que utilizam seus produtos ou serviços. No entanto, para mudar é preciso compreender por que mudar. O Centro Sebrae de Sustentabilidade está lançando a série *Cartilhas Sebrae de Sustentabi-*

lidade para oferecer o conhecimento necessário para a transformação dos micro e pequenos negócios em direção ao novo mercado que já começou a se formar.

As Cartilhas Sebrae de Sustentabilidade abordam temas diversos como:

- *Sustentabilidade*
- *Gestão da Água*
- *Produção e Consumo Responsáveis*
- *Licenciamento Ambiental*
- *Gestão Sustentável na Empresa*
- *Certificações*
- *Eficiência Energética*
- *Gestão de Resíduos Sólidos*

Boa leitura.





Empresas de olho na sustentabilidade

Organizações de todos os tipos estão cada vez mais preocupadas em atingir e demonstrar um desempenho ambiental correto, controlando os impactos de suas atividades, de seus produtos ou serviços, levando em consideração sua política e seus objetivos ambientais.

Esse comportamento se insere no contexto de uma legislação cada vez mais exigente, do desenvolvimento de políticas econômicas, de outras medidas destinadas a estimular a proteção ao meio ambiente e de uma crescente preocupação das partes interessadas em relação a estas questões.

“Chegamos a um ponto na História em que devemos moldar nossas ações em todo o mundo, com maior atenção para as consequências ambientais. Por meio da ignorância ou da indiferença podemos causar danos maciços e irreversíveis ao meio ambiente, do qual nossa vida e bem-estar dependem. Por outro lado, por meio do maior conhecimento e de ações mais sábias, podemos conquistar uma vida melhor para nós e para a posteridade, com um meio ambiente em sintonia com as necessidades e esperanças humanas...”

Defender e melhorar o meio ambiente para as atuais e futuras gerações se tornou uma meta fundamental para a humanidade.”

Trechos da Declaração da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente (Estocolmo, 1972), parágrafo 6

Histórico do movimento ambientalista

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o movimento ambientalista começou tempos atrás, como uma resposta à industrialização. No Século 19, os poetas românticos britânicos exaltaram as belezas da natureza, enquanto o escritor norte-americano Henry David Thoreau pregava o retorno da vida simples, regrada pelos valores implícitos na natureza. Após a Segunda Guerra Mundial, a era nuclear fez surgir temores de um novo tipo de poluição por radiação. O movimento ambientalista ganhou novo impulso em 1962, com a publicação do livro de Rachel Carson, *A Primavera Silenciosa*, que fez um alerta sobre o uso agrícola de pesticidas químicos sintéticos. Carson era cientista e escritora, e destacou a necessidade de se respeitar o ecossistema em que vivemos para proteger a saúde humana e o meio ambiente.

Em 1969, a primeira foto da Terra vista do espaço tocou o coração da humanidade com a sua

beleza e simplicidade. O “grande mar azul”, visto pela primeira vez, chamou a atenção de muitos para o fato de que vivemos em uma única Terra – um ecossistema frágil e interdependente. E a responsabilidade de proteger a saúde e o bem-estar desse ecossistema começou a surgir na consciência coletiva do mundo.

Em 1972, a ONU convocou a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo, na Suécia. O evento foi um marco e sua Declaração Final contém 19 princípios que representam um manifesto ambiental para nossos tempos. Ao abordar a necessidade de “inspirar e guiar os povos do mundo para a preservação e a melhoria do ambiente humano”, o documento estabeleceu as bases para a nova agenda ambiental do sistema das Nações Unidas.

Aproveitando a energia gerada pela Conferência, a Assembleia Geral criou, em dezembro de 1972, o Programa das Nações Unidas para o Meio

Inspirando os povos
do mundo a
preservarem
e cuidarem
do ambiente humano.

Ambiente (Pnuma), que coordena os trabalhos da ONU referentes ao meio ambiente global. Suas prioridades atuais são os aspectos ambientais das catástrofes e conflitos, a gestão dos ecossistemas, a governança ambiental, as substâncias nocivas, a eficiência dos recursos e as mudanças climáticas.

Em 1983, o secretário-geral da ONU convidou a médica Gro Harlem Brundtland, mestre em saúde pública e ex-primeira-ministra da Noruega, para estabelecer e presidir a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Em abril de 1987, a Comissão Brundtland, como ficou conhecida, publicou um relatório inovador, *Nosso Futuro Comum*, que traz o conceito de desenvolvimento sustentável para o discurso público.

As amplas recomendações feitas pela Comissão levaram à realização, em 1992, da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que colocou o assunto diretamente na agenda pública, de uma maneira nunca antes feita.

“O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades.”

Trecho do Relatório Brundtland, *Nosso Futuro Comum*

Movimento ambientalista no Brasil

Duas décadas após a Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972, o Brasil entrou de cabeça no movimento ambientalista. A Rio-92, realizada no Rio de Janeiro, e conhecida como Cúpula da Terra, adotou a Agenda 21, um diagrama para a proteção do planeta e para o desenvolvimento sustentável.

Em 1992, a relação entre o meio ambiente e o desenvolvimento fez surgir a necessidade de uma desenvolvimento sustentável, assunto reconhecido em todo o mundo como urgente. Na Agenda 21, os governos delinearam um programa detalhado para ações que afastem o mundo do atual modelo insustentável de crescimento econômico, direcionadas para atividades que protejam

e renovem os recursos ambientais, dos quais o crescimento e o desenvolvimento dependem.

A Cúpula da Terra também levou à adoção da Convenção da ONU sobre a Diversidade Biológica (1992) e da Convenção da ONU de Combate à Desertificação em Países que sofrem com a Seca e/ou a Desertificação, Particularmente na África (1994).

Os princípios do desenvolvimento sustentável estão implícitos em muitas das conferências da ONU, incluindo a Segunda Conferência da ONU sobre Assentamentos Humanos (Istambul, 1999), a Sessão Especial da Assembleia Geral sobre Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (Nova York, 1999), a Cúpula do Milênio (Nova York, 2000) e seus Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), cujo

País que sediou a Rio-92
tem a chance de dar mais
um passo em direção à
sustentabilidade sendo
sede da Rio+20,
Conferência
das Nações
Unidas sobre
Desenvolvimento
Sustentável.

sétimo objetivo procura “garantir a sustentabilidade ambiental”, e a Cúpula Mundial de 2005, para rever a implementação dos ODM.

Em 1988, o Pnuma e a Organização Meteorológica Mundial (OMM) se uniram para criar o Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas (IPCC), que se tornou a fonte para a informação científica relacionada às mudanças climáticas. O principal instrumento internacional neste assunto, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), foi adotado em 1992. O Protocolo de Kyoto, que estabelece metas obrigatórias, para 37 países industrializados e para a comunidade europeia, de redução das emissões de gases-estufa, foi adotado em 1997.

Em 2002, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável foi realizada em Johannesbur-

go, na África do Sul, para fazer um balanço das conquistas, desafios e das novas questões surgidas desde a Cúpula da Terra de 1992. Foi uma Cúpula

de “implementação”, concebida para transformar as metas, promessas e compromissos da Agenda 21 em ações concretas e tangíveis.

Para continuar discutindo estas importantes questões, a comunidade internacional voltará a se encontrar no Rio de Janeiro, em 2012, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

Na Cúpula da Terra, ficou acordado que a maior parte dos financiamentos para a Agenda 21 viria dos setores públicos e privados de cada país. No entanto, foram necessários recursos novos e adicionais para apoiar os

esforços dos países em desenvolvimento para adotar práticas de desenvolvimento sustentável e proteger o meio ambiente global.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, será realizada de 13 a 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro.

A Rio+20 terá dois temas principais:

1. A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza;
2. A estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.



Gestão sustentável nas empresas

Não há incompatibilidade entre um empreendimento rentável e uma gestão para a sustentabilidade.

A gestão ambiental surgiu da necessidade do ser humano organizar melhor suas diversas formas de se relacionar com o meio ambiente. Pode ser definida como a atividade de administrar o uso dos recursos naturais, por meio de ações ou medidas econômicas, investimentos, ações institucionais e procedimentos jurídicos, com a finalidade de manter ou recuperar a qualidade dos recursos e o desenvolvimento social.

Segundo o Sebrae, os negócios são estabelecidos com alguns propósitos definidos, mas fundamentalmente visam ao lucro. E é saudável que tenham bons lucros. Neste sentido, não há incompatibilidade entre um empreendimento rentável e uma gestão ambiental adequada. Muito pelo contrário.

O que tem sido observado é que as empresas que cuidam de seus passivos ambientais e têm práticas de gestão sustentável têm seus custos reduzidos porque:

- *consomem menos água, pelo uso racional;*
- *consomem menos energia, pela redução do desperdício;*
- *utilizam menos matéria-prima, pela racionalização do seu uso;*
- *geram menos sobras e resíduos, pela adequação do uso de insumos;*
- *reutilizam, reciclam ou vendem resíduos, quando possível;*
- *gastam menos com controle de poluição.*

Ao reduzir seus custos, as empresas elevam sua competitividade, pois podem cobrar preços menores. Além disso, conquistam novos consumidores pela demonstração de responsabilidade social, já que hoje o consumidor, cada vez mais consciente e bem informado a respeito dos efeitos ambientais e processos produtivos ecologicamente saudáveis, está disposto a pagar mais caro por marcas associadas a uma atitude positiva em relação à proteção do meio ambiente.

É comum pensar que as indústrias, inclusive as agroindústrias, são as grandes poluidoras do meio ambiente, porque lidam com recursos naturais, consomem muita água e energia, emitem poeiras e gases tóxicos, e geram efluentes e resíduos sólidos de difícil tratamento. Mas, na realidade, qualquer atividade humana está intimamente envolvida com aspectos ambientais importantes.

Os setores de comércio e serviços têm grande responsabilidade ambiental, pois são consumidores, vendedores e repassadores de produtos industrializados. Podem desenvolver, por exemplo, programas especiais de conservação de energia e água, de reutilização de embalagens, de reciclagem de papel ou de qualificação de consumo para produtos ambientalmente mais saudáveis, visando a melhorar seu desempenho ambiental.

Além disso, comércio e serviços são grandes empregadores de mão de obra qualificada. Esta conscientização é muito importante para o aperfeiçoamento de processos produtivos e o desenvolvimento da consciência ambiental de produtores e consumidores.

A adoção de sistema de gestão sustentável é, normalmente, um processo voluntário. Ao optar pela sua implantação, porém, as empresas não devem buscar apenas os benefícios financeiros – economia de matéria-prima, eficiência na produção e marketing. Devem estimar também os riscos de não gerenciar adequadamente seus aspectos ambientais – acidentes, descumprimento da legislação ambiental, incapacidade de obter crédito bancário e outros investimentos de capitais, e perda de mercados por incapacidade competitiva.

Política ambiental

Uma gestão sustentável adequada, expressa em uma política ambiental, obviamente é o marco inicial para que as empresas integrem aspectos ambientais às suas operações.

As ferramentas para assegurar atenção sistemática e atingir a política e os objetivos ambientais incluem, entre outras, sistema de gestão ambiental e auditorias ambientais. Estas ajudam a controlar e aperfeiçoar o desempenho ambiental de acordo com a política ambiental da empresa. Ferramentas adicionais também estão à disposição, como metodo-

logias para avaliação do ciclo de vida dos produtos, programas de rotulagem ambiental e métodos para avaliação de desempenho.

É crescente o nível de exigências legais para que os bens produzidos sejam ambientalmente adequados em todo o seu ciclo de vida: que não agridam o meio ambiente desde a origem de sua matéria-prima, durante sua produção e entrega, até sua obsolescência e disposição final.



SGA

Sistema de Gestão Ambiental (SGA)

Segundo o Sebrae, Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) podem ser aplicados a qualquer atividade econômica, em organizações públicas ou privadas, especialmente naqueles empreendimentos que apresentam riscos de provocar impactos negativos ao meio ambiente. Um SGA possibilita a uma organização controlar e minimizar os riscos ambientais de suas atividades. Além disso, a adoção de um Sistema de Gestão Ambiental representa uma importante vantagem competitiva, o mercado reconhece e valoriza as organizações ecologicamente corretas.

O SGA ajuda a empresa a:

- a) *identificar e controlar os aspectos, impactos e riscos ambientais relevantes para a organização;*
- b) *atingir sua política ambiental, seus objetivos e metas, incluindo o cumprimento da legislação ambiental;*
- c) *definir uma série básica de princípios que guiem a abordagem da sua organização em relação a suas futuras responsabilidades ambientais;*
- d) *estabelecer metas de curto, médio e longo prazos para o desempenho ambiental, assegurando o equilíbrio de custos e benefícios, para a organização e para seus vários acionistas e interessados;*
- e) *determinar que recursos são necessários para atingir tais metas, garantir responsabilidades por elas e comprometer os recursos necessários;*
- f) *definir e documentar tarefas, responsabilidades, autoridades e procedimentos específicos para assegurar que cada empregado aja no curso de seu trabalho diário para ajudar a minimizar ou eliminar o impacto negativo da empresa no meio ambiente;*
- g) *comunicar tudo isso à organização e treinar pessoal para cumprir eficazmente seus compromissos;*
- h) *medir o desempenho em relação a padrões e metas pré-estabelecidos e modificar a abordagem, se necessário.*

Instrumentos ou ferramentas de gestão

O que se percebe hoje em dia é um forte movimento para organizar e gerir organizações em busca de sustentabilidade.

Auditoria ambiental, avaliação do ciclo de vida, estudos de impactos ambientais, sistema de gestão ambiental, relatórios ambientais, rotulagem ambiental, gerenciamento de riscos ambientais, educação ambiental são alguns entre muitos instrumentos de que as empresas podem se valer para alcançar objetivos ambientais.

Muitos também são instrumentos de política pública, como, em certos casos, o estudo de impactos ambientais e a auditoria ambiental. Outros são de caráter horizontal, isto é, são instrumentos que podem ser aplicados em qualquer empresa independente de seu porte e setor de atuação, como sistemas de gestão ambiental. Alguns são aplicados diretamente nos produtos, como a rotulagem ambiental e a avaliação do ciclo de vida. Outros na empresa como um todo ou em parte dela, como o sistema de gestão, a auditoria e a avaliação do desempenho ambiental.

Avaliação de impacto ambiental

A avaliação de impacto ambiental é um procedimento formal para analisar os efeitos sobre o meio ambiente de uma nova atividade ou instalação, que pode ser usado tanto para medir os impactos ambientais de grandes indústrias ou obras públicas, quanto para examinar políticas, programas e planos. Normalmente são analisados os impactos econômicos e ambientais nos projetos, mas cada vez mais estão sendo incluídos os impactos sociais.

Auditoria ambiental

A auditoria é um processo que analisa a efetividade de um sistema para alcançar seus objetivos declarados, inclusive as exigências legais e reguladoras. Apesar de ser mais frequentemente aplicada a sistemas financeiros, as auditorias ambientais e energéticas estão se tornando cada vez mais comuns. Auditorias ambientais podem ser aplicadas a estruturas organizacionais, procedimentos administrativos e operacionais, áreas de trabalho, operações, processos ou documentação.

Uma auditoria pode envolver o uso de questionários, entrevistas, medições e observações diretas, dependendo da natureza da função a ser auditada. As pessoas que realizam a auditoria devem ser independentes das atividades ou áreas a serem auditadas. Os relatórios de auditoria podem incluir detalhes sobre infrações ou outras deficiências, as possíveis razões de tais problemas, recomendações para ações corretivas e avaliações da efetividade das melhorias resultantes de outras auditorias. A auditoria ambiental analisa as condições e o impacto ambiental das atividades de um projeto ou instituição.

Avaliação de desempenho ambiental

É a avaliação evolutiva do desempenho ambiental de uma determinada organização e permite avaliar os resultados da gestão ambiental praticada numa dada organização ou atividade econômica. Exista ou não um sistema de gestão ambiental formal adotado na entidade, este instrumento poderá ser aplicado, ainda que seja mais vantajoso se pelo menos alguns aspectos do SGA estiverem em execução.

Levantamento de passivo ambiental

As atividades humanas, em especial as empresariais, são potenciais geradoras de riscos ao meio ambiente e à saúde pública. As operações de cada etapa de um empreendimento devem ser submetidas a uma análise cuidadosa da probabilidade e do tamanho dos impactos ambientais.

O levantamento de passivo ambiental permite antecipar e atuar sobre eventos ambientalmente danosos, identificar responsabilidades, planejar ações de controle e agir com mais eficiência em emergências.

Os programas de gerenciamento de riscos, vindos do levantamento de passivo ambiental, garantem que os fatores de risco em cada operação do negócio sejam mantidos em níveis aceitáveis ao longo do tempo. Esses programas consideram desde a manutenção de equipamentos e sistemas até os cuidados com a terceirização de serviços. Em geral, o passivo ambiental é contabilizado como depreciação do patrimônio das empresas e influenciam na obtenção de financiamentos e seguros.

Licenciamento ambiental

Segundo as leis brasileiras, antes da instalação de um empreendimento ou atividade potencialmente danosa ao meio ambiente deve ser feito o licenciamento ambiental. Os órgãos responsáveis pelo licenciamento no âmbito dos Estados são os órgãos estaduais de meio ambiente e no âmbito federal, o Ibama, por meio da Diretoria de Licenciamento Ambiental, atuante sobretudo em projetos de infraestrutura que atinjam mais de um Estado, bem como nas atividades de petróleo e gás e na plataforma continental.

As leis que regem o licenciamento são a Lei 6.938/81, as Resoluções 001/86 e 237/97 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), e o Parecer 312, do Ministério do Meio Ambiente, que trata da competência estadual e federal para o licenciamento a partir da abrangência do impacto.

A participação social no processo de licenciamento é garantida pelas audiências públicas, durante as quais o conteúdo do estudo e do relatório de impacto ambiental é apresentado às comunidades que vivem nos locais que serão atingidos pelo empreendimento, esclarecendo dúvidas e acolhendo sugestões.

Estudo de Impacto Ambiental (EIA)

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é um documento técnico onde são observadas as consequências para o ambiente decorrentes de um determinado projeto.

Nele encontram-se identificados de forma imparcial e meramente técnica os impactos que um determinado projeto poderá causar no ambiente, assim como são apresentadas medidas mitigadoras. Por estas razões, é um importante instrumento de avaliação de impacto ambiental.

No Brasil, o EIA foi instituído dentro da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), pela Resolução 001/86, de 23 de janeiro de 1986, do Conama.

Esta mesma Resolução define quais são as atividades que estão sujeitas à elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), quando da solicitação de licenciamento.

Produção mais limpa (P+L)

Produção mais limpa (P+L) é a aplicação contínua de uma estratégia ambiental preventiva, integrada aos processos, produtos e serviços, para aumentar a eficiência global e reduzir riscos para a saúde humana e o meio ambiente. A P+L pode ser aplicada a processos usados em qualquer indústria, a produtos em si e a vários serviços oferecidos à sociedade.

Para processos produtivos, a P+L resulta em medidas de conservação de matérias-primas, água e energia, eliminação de substâncias tóxicas e matérias-primas perigosas, redução da quantidade e toxicidade de todas as emissões e resíduos na fonte geradora durante o processo produtivo, de modo isolado ou combinado.

Para produtos, a P+L tem o objetivo de reduzir os impactos ambientais e na saúde, além da segurança dos produtos em todo o seu ciclo de vida, desde a extração de matérias-primas, a manufatura e o uso até a disposição final do produto.

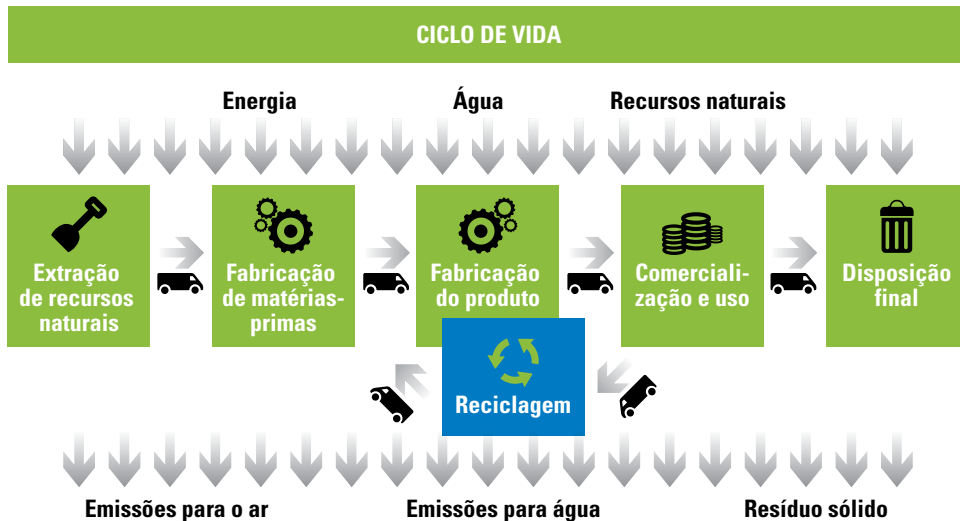
Para serviços, a P+L implica incorporar a preocupação ambiental no projeto e na realização dos serviços.



Análise do Ciclo de Vida (ACV)

Todos os produtos ou serviços têm uma história. A Análise do Ciclo de Vida (ACV) é um método técnico para avaliação dos aspectos ambientais e dos impactos potenciais associados a um produto, compreendendo etapas que vão desde a retirada

dos recursos da natureza até a disposição final do produto. Esta técnica auxilia na identificação de prioridades e afasta-se do enfoque tradicional de *end-of-pipe* (tratamento no final do processo) para a proteção ambiental.



Responsabilidade Social Empresarial (RSE)

Responsabilidade Social Empresarial (RSE) é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais .

Em 1999, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social criou os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial com o propósito de oferecer às empresas uma ferramenta de gestão para o diagnóstico e planejamento das práticas de responsabilidade social empresarial. Os indicadores foram atualizados ao longo dos anos e são uma ferramenta de uso interno, que permite a autoavaliação da gestão de práticas de responsabilidade social, além do planejamento de estratégias e do monitoramento do desempenho da empresa, abrangendo os seguintes temas: Valores, Transparência e Governança, Público Interno, Meio Ambiente, Fornecedores, Consumidores e Clientes, Comunidade, e Governo e Sociedade.

Para fazer uma autoavaliação da gestão, as empresas podem utilizar o questionário do Instituto Ethos, sugerido para grandes e médias empresas, ou o questionário Ethos-Sebrae, adaptado para micro e pequenas empresas. O conteúdo em ambos os tipos é o mesmo, mas a abordagem é diferenciada, dada a complexidade de gestão ter suas peculiaridades entre os portes.

Aplicando os Indicadores Ethos-Sebrae, sua empresa produzirá um relatório de diagnóstico contendo, além do desempenho nos temas mencionados, comparativos com o grupo de *benchmark* e outras ferramentas e/ou iniciativas legítimas em responsabilidade social empresarial, como:

- *Norma ABNT NBR ISO 26000;*
- *diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI);*
- *Metas do Milênio (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU);*
- *Pacto Global;*
- *Norma SA8000.*

Empresa-governo-sociedade

Por mais poder que alguém tenha, dificilmente conseguirá sozinho mudar os padrões de produção e consumo a ponto de tornar a Terra um local totalmente sustentável. As pessoas e as instituições sabem disto e cada vez mais buscam o diálogo e a parceria.

Neste cenário, as instituições e multiplicadores de opinião precisam de informação correta sobre quem é quem, e o que ocorre no meio ambiente, a fim de manterem-se em dia com os acontecimentos e, ao mesmo tempo, estabelecerem suas estratégias de ação e escolher seus parceiros.

Nos últimos anos, também cresceu a percepção de que a solução dos problemas ambientais e a gestão ambiental, assim como a implantação das Agendas 21 locais, os processos de licenciamentos ambientais para atividades

É de diálogo e parcerias
que o mundo está carente.

poluidoras e a definição dos limites e modelo de crescimento locais, dependem fundamentalmente da capacidade de governos, empresas e universidades estabelecerem parcerias e diálogo entre si e com as instâncias organizadas da sociedade civil, como as ONGs (organizações não governamentais), tanto ambientalistas quanto comunitárias, sindicais, profissionais, etc. É consenso entre todos que só há diálogo e parcerias se houver também informação de qualidade, transparente e, sobretudo, com fluxo permanente.



Educação e comunicação ambiental

Em tempos em que a informação assume um papel cada vez mais relevante, a educação para a sustentabilidade representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação na defesa da qualidade de vida.

Nesse sentido, a educação ambiental assume cada vez mais uma função transformadora, na qual a responsabilidade compartilhada entre os indivíduos torna-se um objetivo essencial para promover um novo tipo de desenvolvimento – o desenvolvimento sustentável.

As empresas têm um papel fundamental no processo de educação ambiental, tanto de seus colaboradores quanto da sociedade como um todo. A empresa pode identificar as necessidades de treinamento para as diversas áreas e em todos os níveis funcionais. Pode oferecer atividades na empresa e fora dela, motivando os colaboradores a participarem, colocando-os no centro do processo de aprendizado.



Ferramentas
para um novo mundo,
mais sustentável.

As empresas podem também elaborar, com apoio de profissionais capacitados, cartilhas e materiais de comunicação e divulgação para auxiliar no processo de educação e conscientização.

Hoje, muitas empresas desenvolvem projetos com foco em educação ambiental e esta pode ser uma área interessante para pequenas empresas se relacionarem com a sociedade de maneira mais profunda.



Marketing verde

A escolha é do consumidor, mas a ferramenta, quando bem empregada pode ser fator fundamental neste processo.

Também chamado de marketing ambiental, o marketing verde é a estratégia de marketing voltada ao processo de venda de produtos e serviços que são baseados nos seus benefícios ao meio ambiente. Trata-se da estratégia de vinculação da marca, produto ou serviço a uma imagem ecologicamente consciente.

A estratégia de marketing ambiental entende que uma pessoa que tenha consciência ecológica dará preferência a produtos e serviços que tenham sido criados respeitando o meio ambiente e a sociedade. Um serviço ou produto pode demonstrar ser ambientalmente responsável pela forma como é produzido, como é vendido ou embalado.

O marketing ambiental pode ser uma ferramenta extremamente poderosa de gestão de mercado, porém, ao mesmo tempo em que cresce o número de consumidores conscientes, cresce também a desconfiança com relação a propostas pretensamente “verdes”, mas que não passam de promessas vazias

que tentam explorar de forma irresponsável este novo filão de mercado.

Portanto, cabe às empresas executar sua estratégia de marketing ambiental de forma correta, sob pena de a marca da empresa sofrer danos em sua credibilidade. O marketing verde vai muito além de meras frases de efeito publicitário. É necessário que as empresas realmente adotem práticas comprometidas com a sustentabilidade. Neste caso, elas poderão atrair mais clientes e mais vendas.



Gestão para a sustentabilidade

A luz no fim do túnel não está tão distante. Junte bons profissionais a líderes bem intencionados e promova a gestão para a sustentabilidade.

O aumento da conscientização popular e empresarial sobre a eficiência e a qualidade dos produtos e serviços reforça a importância de práticas de gestão para a sustentabilidade como forma de agregar valor institucional à empresa ou instituição. A atuação dentro das organizações deve ser entendida como um círculo, onde não há princípio, meio e fim: todos – desde funcionários com responsabilidades mais simples até executivos – devem estar comprometidos com as suas práticas, pensamentos e ações. E este círculo virtuosamente responsável e pelo uso racional de água, energia, alimentos, papel, material de escritório, equipamentos eletroeletrônicos, matéria-prima, etc.

Essa forma de gerir as empresas demanda líderes conscientes do impacto de suas decisões e capacitados para integrar a visão sistêmica e a responsabilidade social em suas empresas.



Sebrae Nacional

Presidente do Conselho Deliberativo: Roberto Simões

Diretor Presidente: Luiz Barretto

Diretor Técnico: Carlos Alberto dos Santos

Diretor de Administração e Finanças: José Cláudio dos Santos

Sebrae em Mato Grosso

Presidente do Conselho Deliberativo: Jandir Milan

Diretoria Executiva

Diretor Superintendente: José Guilherme Barbosa Ribeiro

Diretoras: Leide Garcia Novaes Katayama e Eneida Maria de Oliveira

Sistema Sebrae - Procure o Sebrae do seu Estado.

Cartilhas Sebrae de Sustentabilidade

Realização: Centro Sebrae de Sustentabilidade

Edição: Instituto Envolverde

Coordenação: Dal Marcondes

Gestão de Projeto: Fábio Salama

Redação: Mônica Paula, Sílvia Marcuzzo, Naná Prado, Sucena Shkrada Resk, Neuza Árbocz, Celso Bacarji e Dal Marcondes

Revisão: Nanci Vieira

Edição de Arte e Diagramação: Ruschel & Associados

Arte: Rogério Ruschel e Rafael Ruschel

Imagens: banco de imagens Shutterstock

Proibida a reprodução total ou parcial.

Os infratores serão processados na forma da lei.

Gestão Sustentável na Empresa / Sebrae -- Cuiabá: Sebrae, 2012.

28 p.:il. color.

1. Sustentabilidade econômica 2. Sustentabilidade ambiental 3. Oportunidades de negócios
I.Título

CDU: 502.131.1

RESÍDUOS SÓLIDOS PRODUÇÃO E CONSUMO RESPONSÁVEIS SUSTENTABILIDADE GESTÃO DE
ENTO AMBIENTAL CERTIFICAÇÕES GESTÃO AMBIENTAL NA EMPRESA EFICIÊNCIA ENERGÉTIC
GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS **SUSTENTABILIDADE** PRODUÇÃO E CON
RESÍDUOS SÓLIDOS PRODUÇÃO E CONSUMO RESPONSÁVEIS SUSTENTABILIDADE GESTÃO DE
ERGÉTICA **CERTIFICAÇÕES** GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS PRO
ENTO AMBIENTAL CERTIFICAÇÕES GESTÃO AMBIENTAL NA EMPRESA EFICIÊNCIA ENERGÉTIC
ÃO DE ÁGUA **EFICIÊNCIA ENERGÉTICA** CERTI
ÇÃO E CONSUMO RESPONSÁVEIS SUSTENTABILIDADE GESTÃO DE ÁGUA LICENCIAMENTO AM
BIENTAL **LICENCIAMENTO AMBIENTAL** GESTÃO AMBIENTAL NA EM
ENTO AMBIENTAL CERTIFICAÇÕES GESTÃO AMBIENTAL NA EMPRESA EFICIÊNCIA ENERGÉTIC
A EMPRESA **GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS** GES
ÇÃO E CONSUMO RESPONSÁVEIS SUSTENTABILIDADE GESTÃO DE ÁGUA LICENCIAMENTO A
ÃO DE ÁGUA **GESTÃO DA ÁGUA** PRODUÇÃO E CONSUMO RESPONSÁVE
ENTO AMBIENTAL CERTIFICAÇÕES GESTÃO AMBIENTAL NA EMPRESA EFICIÊNCIA ENERGÉTIC
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA **GESTÃO SUSTENTÁVEL NA EMPRESA** PRODUÇA
ÇÃO E CONSUMO RESPONSÁVEIS SUSTENTABILIDADE GESTÃO DE ÁGUA LICENCIAMENTO AM
O DE ÁGUA **PRODUÇÃO E CONSUMO RESPONSÁVEIS** GESTÃO AM
ENTO AMBIENTAL CERTIFICAÇÕES GESTÃO AMBIENTAL NA EMPRESA EFICIÊNCIA ENERGÉTIC
TIFICAÇÕES GESTÃO AMBIENTAL NA EMPRESA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA GESTÃO DE RESÍDUO



*Centro Sebrae de
Sustentabilidade*

Centro Sebrae de Sustentabilidade

Av. 5, s/n - CPA - Cuiabá - MT - CEP 78050-901

Tel.: (65) 3648-1270

e-Mail: sustentabilidade@mt.sebrae.com.br